



## RELAÇÕES DE TRABALHO E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Jane Cruz Prates<sup>1</sup>  
Thaís Teixeira Closs<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo enfoca estudo realizado sobre a formação e a inserção de assistentes sociais egressos de unidades de formação da Região Metropolitana de Porto Alegre no mercado de trabalho. Apresenta-se um recorte dos dados analisados enfatizando a coleta realizada com 86 profissionais que explicitam as competências requisitadas, as condições e relações de trabalho, as dificuldades encontradas para a materialização do exercício profissional e necessidades de educação permanente. Analisam-se os resultados à luz do projeto ético-político profissional e das competências requisitadas pela profissão que não se reduzem às demandas do mercado.

**Palavras-chave:** Formação do Assistente Social. Trabalho do Assistente Social. Demandas do Mercado e da Profissão. Competências Profissionais.

### ABSTRACT

This article focuses on study of the formation and insertion of graduates social workers for units of the Greater Porto Alegre in the labor market. It presents a cutout of the data analyzed emphasizing the collect performed with 86 professionals who explain there quired competences, conditions and labor relations, the difficulties encountered in the realization of professional practice and continuing education needs. Analyzes the results in light of the

---

1 Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social, docente da Faculdade de Serviço Social da PUCRS e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.

2 Assistente social e especialista em Atenção Básica/Saúde Coletiva. Mestre e doutora em Serviço Social, docente da Faculdade de Serviço Social da PUCRS.

ethical-political professional project and skills required by the profession that cannot be reduced to market demands.

**Keywords:** Education Social Worker. Social Workerjob. Market Demands the Profession. Professional Skills.

**Submetido:** 14/09/2015.

**Aceito:** 30/11/2015.

## Introdução

A categoria trabalho, irradiada da interlocução com o pensamento marxista, assume destaque no arcabouço teórico-metodológico construído pela profissão nas últimas décadas, na própria compreensão da questão social, e especialmente, no debate da natureza do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, em suas particularidades e significado social. No campo da abordagem teórica sobre o trabalho profissional do assistente social é fundamental adensar investigações e debates que consolidem os acúmulos teóricos produzidos no campo dos Fundamentos do Serviço Social a partir da matriz marxista, de forma articulada com a investigação da realidade particular das relações e condições onde este trabalho se engendra e se materializa. Um dos desafios preponderantes que perpassam a produção de conhecimentos da área consiste em transitarmos da análise da profissão para a análise da realização efetiva do trabalho profissional, apreendendo a organização dos processos de trabalho em que se inscreve o assistente social, tendo em vista construirmos e ampliarmos mediações que afirmem a efetivação da direção social estratégica do projeto profissional (IAMAMOTO, 2008). A par deste desafio, verifica-se que o debate da área tem priorizado a angulação para a dimensão concreta do trabalho do assistente social, não sendo derivadas “todas as consequências teóricas e políticas mais profundas relacionadas ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado de instituições públicas e privadas resultantes do processo de profissionalização e institucionalização da profissão nos marcos do capitalismo monopolista” (RAICHELIS, 2011, p. 422-423).

Nesta linha, também merece aprofundamento o debate sobre as competências e atribuições profissionais, que contam com escassas produções que as articulem com o campo dos Fundamentos do Serviço Social, o que se verificou em pesquisa documental realizada nos periódicos, dissertações e teses da área (CLOSS, 2015). Esta articulação, que necessita ser adensada, consiste num eixo analítico potencial para a apreensão das dificuldades e também possibilidades de

mediação dos fundamentos no exercício profissional, especialmente no que tange a qualificação da dimensão investigativa e do processo de apreensão e formulação de respostas diante das expressões da questão social, de forma articulada a ampliação dos lastros da relativa autonomia profissional, num contexto que os processos de precarização, flexibilização e terceirização do trabalho assumem contornos inéditos no Serviço Social.

Partindo destes pressupostos, o artigo sistematiza resultados de estudo realizado junto a egressos das unidades presenciais de formação acadêmica de Serviço Social, na região Metropolitana de Porto Alegre, graduados a partir do ano de 2000, o qual obteve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de edital universal. Foram mapeadas questões relativas à inserção dos egressos no mercado profissional, abarcando condições de trabalho, as áreas de atuação e atividades por eles desenvolvidas, a inserção em espaços de educação permanente, bem como as competências requisitadas para o desempenho de suas atividades nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde se inserem. O estudo, do tipo misto e orientado pelo referencial do materialismo dialético e histórico, ocorreu através do envio de 389 questionários, obtendo retorno de 22% do universo remetido (86 questionários).

Embora este estudo tenha articulado análises de documentos da área sobre a formação e o exercício profissional (ABEPSS, 1996; BRASIL, 1993, CFESS, 1993), projetos pedagógicos e grades curriculares das unidades de formação de Serviço Social presenciais na Região Metropolitana de Porto Alegre (PRATES et al., 2012), a presente produção apresenta os dados obtidos a partir da coleta junto aos profissionais, via questionários, e algumas análises e reflexões realizadas pelo Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (GETEMPP- PU-CRS) com base no conjunto das informações sistematizadas do banco de dados construído durante a pesquisa.

A seguir, o desenvolvimento do artigo organiza-se em torno de três eixos temáticos. Inicialmente são discutidas as tendências da inserção dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, dando-se visibilidade às áreas de atuação, às condições e relações de trabalho. Na sequência, são analisadas as demandas do mercado de trabalho e as competências profissionais dos assistentes sociais e, após, são apresentados os dados relativos ao processo de formação con-

tinuada dos assistentes sociais, destacando as necessidades de educação permanente apontadas pelos sujeitos participantes do estudo.

### **1 Espaços sócio ocupacionais e relações de trabalho dos assistentes sociais**

Os dados<sup>3</sup> mostram um predomínio da inserção dos profissionais nas políticas que compõem o tripé da seguridade social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. A maioria atua no Sistema Único de Saúde (32,68%), na Assistência Social (24,99%), na Previdência Social (13,78%), em espaços de diferentes naturezas, tais como empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), educação, assessoria, ensino com dedicação integral (totalizando 13%) e, ainda se constatou uma crescente inserção na Política de Habitação (9,57%). Dentre as áreas mencionadas, cuja atuação concentra-se na execução direta de políticas sociais, parcela de 12% declarou exercer a docência de modo concomitante a outras atividades profissionais e, ainda, 13,7% informaram ocupar cargos de gestão. Quanto a natureza das instituições, destaca-se que 22% dos profissionais estão vinculados ao setor público federal, 38% ao setor público municipal, 17% ao setor público estadual e 18% vinculados ao setor privado e ao terceiro setor.

Com relação à carga horária, a maioria dos assistentes sociais se divide em jornadas de 40h ou 30h semanais. Os que acumulam funções de docência com outra atividade realizam entre 52 a 60h semanais e um contingente menos significativo realiza jornadas de 20h, 12h e 8h semanais. Quanto ao regime de trabalho, em que pese o fato de 77% dos profissionais entrevistados estarem vinculados ao setor público, 40% informaram que são contratados como celetistas, a maioria (52%) é estatutária e 4% realizavam serviços temporários e recebiam por tarefa. Portanto, 17% dos profissionais, embora não estejam vinculados ao setor privado, têm suas relações de trabalho reguladas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ainda verifica-se um pequeno grupo que aponta realização de trabalhos temporários, por tarefa, em áreas diversas.

Ainda são poucas as produções que tratam diretamente sobre as características atuais da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho, especialmente em termos nacionais. A pesquisa pro-

---

<sup>3</sup> Destaca-se que há uma quebra de percentuais arredondados tendo em vista que um pequeno grupo respondeu realizar trabalhos eventuais sem especificar os campos de atuação e a natureza das instituições, porque atuam em áreas diversas.

movida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2005) referente ao perfil do assistente social no Brasil, evidencia que, dos 74.521 profissionais inscritos nos conselhos, 78,16% encontravam-se vinculados à esfera pública estatal, sendo que destes, 40,97% na municipal, 24% na estadual e 13,2 % na federal, confirmando, portanto, a predominância de contratação pelo setor público que, no caso da pesquisa na região metropolitana de Porto Alegre, monta em 77%.

Estes dados, embora oriundos de pesquisa local, já indicam mudanças das tendências de contratação profissional, quando comparados com estudo anterior do CFESS (2005), no qual o maior vínculo trabalhista era o estatutário (55,68%), revelando as drásticas e rápidas transformações nas relações de trabalho na última década, especialmente na esfera estatal, crescentemente marcada pela terceirização.<sup>4</sup> Assim, o Estado continua sendo o maior empregador desta força de trabalho, como atestam as pesquisas, mas sob vínculos contratuais diversos que expressam as próprias tendências de reforma neoliberal do Estado, tais como as restrições orçamentárias para a contratação de pessoal instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a expansão de fundações “estatais” de direito privado, bem como as múltiplas “parcerias” com organizações de distintas naturezas, que abarcam desde as ONG’S a Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP’S).

Estudo sobre as profissões de nível superior com base em indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (NERI, 2009), identifica que os graduados em Serviço Social, considerando a População em Idade Ativa, possuem uma taxa de ocupação de 77,31%, e salário médio de R\$ 2.428,14, trabalham 36,58 horas semanais de jornada média; e, taxa de 89,74% no que tange à cobertura previdenciária. É digno de nota que a remuneração média dos assistentes sociais não atinge o salário mínimo necessário, calculado pelo

---

4 A terceirização no setor público, além de flexibilizar as relações de trabalho, impacta negativamente na gestão, execução e qualidade dos serviços sociais, pois a mesma: “[...] desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidade, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante os seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito.” (RAICHELIS, 2011, p. 432).

Dieese (2015), para o atendimento das necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte de um trabalhador, que no mês de agosto de 2015 foi calculado em R\$ 3.258,16, aspecto que revela não só a precarização do trabalho do assistente social, mas a sua própria condição de vida como trabalhador assalariado.

Retomando os dados da pesquisa realizada na região de Porto Alegre, em relação à média de horas, fora do horário de trabalho, utilizadas para atividades vinculadas ao emprego - abarcando e-mails, contatos telefônicos, pesquisas em sites, leituras de documentos, elaboração de relatórios, entre outras – a maioria dos assistentes sociais (61%) respondeu que trabalham mais de 12 horas extras semanais. Verificou-se ainda que 18% informaram trabalhar cerca de 5 horas extras semanais, seguidos por aqueles que relataram trabalharem de 5 a 10 horas extras semanais (8%), apenas uma minoria informou realizar estas atividades de modo eventual (5%). Portanto, a média de horas extras trabalhadas totaliza 16 horas semanais sistemáticas, tendência verificada em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Os trabalhadores que apontaram o maior volume de carga horária excedente e o maior volume de demandas fora do horário de trabalho são aqueles que exercem a docência, seja de modo integral ou associada a outras atividades. Destaca-se a necessidade de aprofundar estudos acerca das condições de trabalho docente para que estes aspectos possam ter maior visibilidade e sejam problematizados pela categoria, uma vez que as condições de trabalho impactam sobremaneira não só na qualidade de vida do trabalhador, mas no produto do trabalho, ou seja, na formação dos assistentes sociais.

Desta forma, o conjunto dos dados quanti-qualitativos obtidos na pesquisa evidenciam que o trabalho extra é invisibilizado e, para a maioria dos assistentes sociais, o mesmo é incluído na carga horária semanal laborativa de modo naturalizado, denotando uma das faces do processo de precarização do trabalho que absorve a vida, traduzindo-se numa forma sutil de captura da subjetividade (ALVES, 2011).

A jornada de trabalho se estende para o espaço da vida privada reduzindo não só o tempo de descanso, mas as possibilidades de contatos, experiências significativas, a participação do trabalhador em outras instâncias, a atenção do trabalhador para outros temas. Desse modo, é preciso compreender a precarização social do traba-

lho<sup>5</sup> como “um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231). Neste quadro, a tecnologia da informação que, em princípio, poderia facilitar e o trabalho e reduzir a jornada laborativa, o aumenta ainda mais, conforme aponta Antunes (2005), referindo-se a expansão do trabalho em domicílio, por meio da telemática ou teleinformática, compondo as formas contemporâneas de flexibilização e precarização do trabalho.

No que concerne à estrutura disponibilizada para a realização do trabalho, os assistentes sociais apontam com maior incidência problemas relacionais e relativos à gestão dos processos de trabalho no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, tais como: empecilhos hierárquicos, entraves para o desenvolvimento do trabalho em razão de relações de poder, falta de maior espaço para a participação e ausência de espaços coletivos para debates e planejamento conjunto, dificuldades na relação com as equipes interdisciplinares. A ausência de equipamentos, salas adequadas e recursos materiais diversos também são destacados como dificuldades no que concerne à estrutura de trabalho. Trechos de alguns dos depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa enfatizam estes aspectos:

Espaços pequenos com muitos profissionais [...] também a comunicação (ou a falta dela) e disputas hierárquicas, o que algumas vezes acaba emperrando o trabalho do Serviço Social. Essa pode ser considerada a maior dificuldade.

Sou a primeira assistente social deste hospital e há dificuldades em realizar os atendimentos, pois não há uma sala para a assistente social

Quanto à estrutura, salas e pessoal não há maiores dificuldades. Já no que tange às relações internas e externas, as dificuldades são porque alguns não conseguem diferen-

---

5 Trata-se, portanto de “[...] um processo que instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...]. O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. O trabalho precário em suas diversas dimensões [...] é um processo que dá unidade à classe-que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. (DRUCK, 2011, p. 41).

ciar a Assistência Social do assistencialismo.

Em relação às condições de trabalho, relacionadas ao item anterior, os principais aspectos destacados pelos assistentes sociais consistem na falta de incentivos institucionais aos que buscam maior capacitação, juntamente com os baixos salários; o excesso de demandas e de cobranças; o sobretrabalho; e, a ausência de preocupação com relação à saúde do trabalhador no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais. Por outro lado, em menor escala, há menção a conquistas profissionais, como as 30 horas semanais, a relevância atribuída ao emprego com carteira assinada e o bom ambiente de trabalho entre equipes. Algumas das expressões que seguem são contraprovas do que se destacou anteriormente:

Existe sobretrabalho, acarretando no aumento das horas trabalhadas, isso se agrava quando não há organização e/ou comunicação entre alguns departamentos.

Esse é um item interessante de ser avaliado pois na instituição em que trabalho nos últimos 2 (dois) anos passaram 6 (seis) assistentes sociais, a maioria delas conseguiu trabalho na área em outras instituições por um salário maior. Não há incentivo para a continuação da formação justamente pelo baixo salário oferecido ao assistente social.

A qualidade do atendimento fica muito prejudicada, pois se tem pouco tempo para refletir e realizar uma crítica a respeito do trabalho que está sendo realizado. Falta apoio por parte dos gestores da política, poucos profissionais para atender a demanda (acúmulo de trabalho), atravessamentos políticos sobre a dimensão técnica.

Apesar dos depoimentos que revelam processos de precarização<sup>6</sup> no cotidiano do exercício profissional, os assistentes sociais,

---

6 Aponta-se os seguintes tipos de precarização que atravessam a experiência de trabalho contemporânea, com base em Druck (2011): a) a vulnerabilidade e as desigualdades das formas de inserção ocupacional, produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, marcado por uma vulnerabilidade estrutural; b) a intensificação do trabalho e a terceirização, que altera os padrões de gestão e organização do trabalho, ampliando o ritmo e as jornadas de trabalho, as metas inalcançáveis, a polivalência; c) a insegurança e a saúde no trabalho, agudizando o adoecimento, a exposição a diferentes riscos; d) a perda das identidades individual e coletiva, pois a ameaça do desemprego aprofunda a descartabilidade do trabalhador, sua alienação e estranhamento; e) a fragilização da organização dos trabalhadores, traduzida na competitividade, na dificuldade da representatividade sindical e na fragilidade da luta dos trabalhadores.

quando questionados acerca das condições de trabalho, em sua maioria (62%) as consideraram regulares e os demais, satisfatórias. Chama atenção o dado de que nenhum dos sujeitos da pesquisa as considerou excelentes ou precárias. Quando estimulados a realizar a mesma avaliação em relação ao seu nível de satisfação profissional, considerando aspectos relativos unicamente ao prazer na realização de seu trabalho, a oportunidade de autodesenvolvimento e a identificação com o que realiza, a grande maioria o avaliou como excelente (80%), seguida por uma pequena parcela que a qualifica como satisfatória ou regular (ambas 10%). As justificativas para a realização desta avaliação ficam evidenciadas nas expressões que seguem:

*Adoro ser assistente social, entretanto não estou nem um pouco satisfeita com meu local de trabalho. O fato de termos de atender demandas complexas em pouco tempo, em razão das altas hospitalares, também me deixa muito frustrada.*

*Satisfação principalmente pela identificação com os aspectos éticos e políticos do Serviço Social, mesmo com as dificuldades para a atuação profissional, me sinto motivada a perseguir constantemente os objetivos profissionais e fazer com que minhas atitudes possam garantir aos usuários o acesso à habitação e aos demais direitos sociais.*

É importante considerar os impactos da precarização das relações e condições de trabalho na subjetividade e saúde dos assistentes sociais. Raichelis (2011, p. 434-435) identifica neste campo a produção de um processo contraditório vivenciado pelos profissionais: por um lado “[...] o prazer, diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos da população, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública”, mas, por outro lado, “[...] o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência diante da ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social.”

A vivência deste processo contraditório fica expressa na pesquisa realizada na região de Porto Alegre. Vale considerar que o forte sentido de realização e de dedicação ao trabalho, expresso pelos dados obtidos, também pode trazer em seu anverso uma postura profissional mais vulnerável, suscetível aos processos de precarização, uma vez que pode ser atravessada pela aceitação e, mesmo, naturalização de atividades e demandas excessivas, assumidas em nome da

qualidade e do compromisso com a população destinatária de seus serviços. Assim, se o prazer com o trabalho e os principais valores e diretrizes da profissão são elementos fundamentais que estimulam e fortalecem os profissionais no enfrentamento das contradições que atravessam os diversos espaços ocupacionais, da mesma forma a perda do sentido de materialização destes valores pode estar na base do sofrimento e do adoecimento destes profissionais.

Portanto, a vivência de situações relacionadas à incerteza, à injustiça, às imposições e à violação de valores éticos está vinculada ao sofrimento no trabalho e conforma “[...] o pano de fundo da precarização do trabalho: o esvaziamento vivenciado a partir do empobrecimento do significado do trabalho.” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 241). Tratam-se, portanto, de situações que atravessam este processo contraditório sinalizado, diante do agravamento das expressões da questão social e da precariedade também de meios e recursos para atendê-las o que, além de impotência, gera sentimentos de “não realização de princípios profissionais”<sup>7</sup>, bem como a sensação de uma “atividade impedida” em razão do trabalho intensivo com pouco tempo para reflexão.

## **2 As demandas do mercado de trabalho e as competências profissionais dos assistentes sociais**

Para a análise do material coletado - com base nos questionários respondidos pelos profissionais ou através da análise documental de grades curriculares - partiu-se de uma compreensão articulada dos três documentos que dão concretude ao projeto profissional. Enquanto a lei de regulamentação profissional (BRASIL, 1993) define as competências e atribuições do trabalho do assistente social, são as diretrizes da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996) que fornecem as bases para a formação de um profissional com perfil crítico e propositivo para movimentar estas competências, ao passo que o Código de Ética (CFESS, 1993) demarca a direção social do trabalho profissional. Do texto legal (BRASIL,

---

<sup>7</sup> Esta não realização relaciona-se diretamente com o adoecimento e o sofrimento psíquico no trabalho, pois “[...] no esgotamento profissional ou burnout, a crise ocorre diante do desmoronamento não apenas de uma visão idealizada de si mesmo e de uma missão [...], mas também pela percepção de que foi abalado o caráter ético que dava sentido às atividades realizadas. Esse aspecto é especialmente visível quando se trata de um trabalho de natureza social, por exemplo, no ensino, na saúde e na assistência social.” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 241).

1993), destacamos que as competências abrangem o campo da gestão, as ações de atendimento direto junto à população, bem como a assessoria e a pesquisa. Além disso, há um direcionamento do texto legal para articulação do âmbito de atuação com a direção social dessas competências, como podemos observar a seguir:

[...] II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social *com participação da sociedade civil*; [...] V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...] VII - planejar, executar e avaliar pesquisas *que possam contribuir para a análise da realidade social* e para subsidiar ações profissionais; [...] IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, *no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade*. (BRASIL, 1993) (Grifos nossos).

As competências profissionais ganham concretude quando traduzidas em ações profissionais que efetivem respostas à questão social, sendo esse o polo central e transversal à formação profissional (ABEPSS, 1996). Para tanto, essa formação volta-se para a construção de um perfil profissional generalista que apreenda criticamente e de forma totalizante os processos sociais, como ressaltam as Diretrizes Curriculares:

[...] capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996, p. 1).

Assim, é fundamental que a abordagem das competências e atribuições profissionais não as restrinja a procedimentos operativos, ou de forma inversa, privilegie somente uma qualificação teórica como se desta dimensão derivassem automaticamente competências

para a ação (IAMAMOTO, 2008). Uma abordagem sólida das competências e atribuições requer a efetiva unidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do exercício profissional. Considerando os documentos da área, bem como a importância desta efetiva unidade entre as dimensões da competência profissional, construiu-se a seguinte formulação, que enfatiza as demandas do projeto ético-político na explicitação de competências profissionais:

Introjeção de valores da profissão e compromisso com a construção de novas formas de sociabilidade; reconhecimento dos limites dados pela condição de trabalhador assalariado e capacidade de potencializar a autonomia relativa profissional; apropriação do método dialético-crítico e de teorias para explicar o real e subsidiar os processos de análise/intervenção, articulando universalidade e particularidade; capacidade de movimentar mediações na operacionalização de técnicas de abordagem individuais e coletivas; capacidade investigativa e de planejamento; apropriação da história como processo e como elemento fundamental para o conhecimento dos sujeitos, processos sociais e formas de organização; apropriação acerca da realidade brasileira, das formas de organização do trabalho e do Estado, das expressões de desigualdades e de resistências que conformam o objeto de trabalho; conhecimento acerca de processos sociais subalternizadores e emancipatórios; apropriação adensada sobre as categorias trabalho e questão social e sua relação com a luta de classes. (PRATES et al., 2012, p. 3).

Os objetivos associados a tais competências, visam, portanto, à formação de profissionais críticos e propositivos, que atendam aos requisitos exigidos pelo mercado de modo a viabilizar sua inserção profissional, porém não de maneira ingênua, mas que possam contribuir para a superação dos processos de alienação, para a qualificação das políticas públicas, para a ampliação de processos sociais emancipatórios. Para tanto, é necessário que esse profissional não restrinja sua formação a competências técnico-operativas, enfatizadas pelo mercado de trabalho, mas as ilumine pelas competências teórico-metodológicas e ético-políticas que lhes dão direção social e clareza de finalidade (PRATES et al., 2012).

Considerando exclusivamente as demandas requisitadas pelo mercado, o estudo desenvolvido delimitou como competências básicas: elaborar planos, fazer diagnósticos, fazer entrevistas, fazer reuni-

ões, elaborar laudos, estudos, pareceres técnicos, trabalhar em equipe, captar recursos, realizar processos de planejamento e elaboração de projetos, capacidade de comunicação oral e escrita, manejo de tecnologias informacionais. Os objetivos associados a tais competências básicas, que acentuam a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional para o atendimento imediato das exigências dos organismos empregadores, sinalizam para o perfil de:

[...] um trabalhador polivalente, com capacidade de planejamento tecnocrático e operacionalização ágil, que obtenha resultados quantitativos significativos, nos menores tempos possíveis, com o menor dispêndio de recursos, e que disponha de conhecimentos acerca de normativas e procedimentos técnicos da área/setor/política onde se insere. (PRATES et al, 2012, p. 4).

Os resultados obtidos, consoante a coleta de dados junto aos 86 profissionais, revelam que dentre as competências exigidas nos espaços sócio-ocupacionais situam-se as habilidades para planejar; elaborar projetos, relatórios, fazer avaliações; habilidades para pesquisar sobre os sujeitos com os quais trabalham; sobre o território; os serviços da rede de atendimento; e, as interfaces da política a qual estão vinculados com as demais políticas públicas. Foram também ressaltadas habilidades para realizar abordagens singulares e coletivas; habilidades didático-pedagógicas; capacidade de trabalhar em equipes interdisciplinares; trabalho em redes; capacidade de comunicação oral e escrita; postura ética e o manejo de técnicas, como a entrevista, a visita domiciliar, além da elaboração de estudos e laudos sociais. Com menor incidência, foram mencionados o domínio de conhecimentos teóricos, bem como a capacidade de gestão e de uso de tecnologias informacionais.

Dentre o significado que as competências profissionais assumem para os assistentes sociais, verifica-se uma tendência de identificá-las estritamente como “habilidades para realizar” na ótica do que é solicitado pelo mercado de trabalho - compreensão esta que se distancia das normativas profissionais - e também se verifica em outro estudo realizado com profissionais no interior do Rio Grande do Sul (SILVA, 2014). As expressões que seguem ilustram os dados qualitativos, bem como esta tendência:

Competências: trabalho em equipes multidisciplinares, conhecimento de política pública, da ética profissional e dos instrumentos/ferramentas do Serviço Social (atendi-

mento individual, comunitário, elaboração de pareceres sociais); Habilidades: destreza na oralidade e na escrita.

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição exige uma forte articulação com a rede de atendimento devido às demandas originadas. Além disso, por se tratar de uma instituição do terceiro setor e não contar com repasses financeiros do governo busca-se incessantemente editais que viabilizem a manutenção de projetos oferecidos pela instituição, bem como outras demandas institucionais.

Saber elaborar projetos, pró-atividade, captação de recursos, capacitação frequente, etc.

Conhecimentos teóricos; expressão oral e escrita; conhecimentos didático-pedagógicos; capacidade de interação em grupos/equipes; capacidade investigativa; criticidade e raciocínio analítico; capacidade de pensar, planejar e de argumentar.

A fragilidade da compreensão dos assistentes sociais sobre as competências profissionais para além das demandas do mercado é um aspecto que os torna mais vulneráveis aos ditames dos empregadores e às dinâmicas institucionais. Debilita, pois, um campo de mediações que poderia ser mobilizado a partir das normativas profissionais – tal como na defesa das competências asseguradas legalmente e de condições para o exercício das mesmas definidas nas Resoluções do CFESS - tendo em vista a construção de estratégias e luta por melhores relações e condições de trabalho, tendo como horizonte a potencialização da relativa autonomia profissional. (IAMAMOTO, 2008).

A noção de relativa autonomia não se confunde com os imediatos horizontes institucionais, se reduzindo a uma autonomia “autorizada” e delimitada pelos empregadores. Explorar a autonomia relativa significa mobilizar competências teóricas e políticas que visem expandir os lastros e o alcance da atuação profissional, sem desconsiderar as condições objetivas de trabalho e os limites do assalariamento. Mas, trata-se justamente de, partindo da análise destas condições, construir articulações, estratégias, alianças que respaldem esta autonomia, tendo como horizonte as forças sociais que partilham da direção social do projeto ético-político profissional.

Além disto, é preciso considerar que a própria compreensão das competências e atribuições profissionais necessita ser mediada

pela significação sobre o que consiste matéria profissional, como já ressaltado, o que implica necessariamente a conjugação das mesmas com o campo dos Fundamentos do Serviço Social. Reside nesta conjugação um feixe de questões prementes a serem aprofundadas pela produção da área. A própria fragilidade do processo de apreensão e de formulação de respostas ao objeto profissional – identificada em pesquisas (CLOSS, 2015; FERREIRA, 2010) - também converte-se num vetor que impulsiona o exercício de competências pautadas pelas demandas do mercado, trazendo impactos diretos na dimensão técnico-operativa do trabalho, limitando-a ao manejo de instrumentos dissociados da clareza de finalidade mediata, condensando ações movidas por uma lógica, denominada por Prates (2013), de “procedimentalista”.

No que concerne às principais dificuldades apontadas pelos sujeitos da pesquisa no exercício das competências profissionais foram destacados os seguintes aspectos: domínio técnico-operativo, conhecimentos específicos sobre as políticas públicas, experiência prática, expressão oral e escrita, processos grupais, técnicas de trabalho em relações interpessoais, planejamento e captação de recursos, maior conhecimento sobre a política (especialmente em relação às políticas de habitação e de previdência social), conhecimentos sobre avaliação e sobre pesquisa. Chama a atenção a ênfase aos aspectos técnico-operativos em detrimento de conhecimentos para análises mais amplas e sua mediação com as particularidades dos espaços sócio-ocupacionais, em que pese a significativa menção a processos de planejamento e pesquisa que podem ter dimensão ampliada, mas também podem ser reduzidos a processos operativos. Outro aspecto que foi reiterado em diversas expressões dos pesquisados foi a dificuldade de expressão oral e escrita. Por outro lado, diversos profissionais disseram não terem maiores dificuldades para dar conta das competências exigidas pelo trabalho, considerando a formação generalista que lhes garantiu bases para o exercício da profissão, sem contudo deixarem de reconhecer a necessidade de aprofundamento acerca das áreas nas quais se inserem e da fundamental educação permanente.

### **3 Formação e educação permanente dos assistentes sociais**

Diante das condições de trabalho e competências profissionais exercidas pelos assistentes sociais, a pesquisa também buscou identificar a inserção dos assistentes sociais em espaços de formação continuada, tendo em vista a importância da educação permanente como

estratégia de qualificação do exercício profissional, tema que vem ganhando espaço nos fóruns profissionais, registrando-se a iniciativa do conjunto CFESS/CRESS em formular política neste âmbito (CFESS, 2012). Foram também levantadas as demandas quanto a oferta de cursos pelas unidades de formação, bem como analisadas temáticas em potencial que podem ser enfatizadas na formação graduada, nos marcos da estruturação dos currículos conforme diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Quanto à formação continuada dos assistentes sociais, verificou-se que 28% realizaram pós-graduação. Deste universo, a maioria possui mestrado (70%), e os demais possuem especialização ou Residência em Saúde (29%) e os demais doutorado (1%). Uma pequena parcela dos sujeitos da pesquisa (4%) está realizando especialização, residência, mestrado ou doutorado. As formações em nível de pós-graduação *stricto sensu* concentram-se na área de Serviço Social e Política Social, já as especializações foram desenvolvidas nas áreas de recursos humanos, direitos humanos, políticas públicas, projetos sociais e saúde. No campo da saúde foram destacadas pelos sujeitos da pesquisa as áreas da saúde mental, saúde da família, saúde da criança, saúde coletiva, saúde do trabalhador e atenção básica, além das Residências em Saúde.

É importante destacar que a oferta diversificada de especializações na área da saúde é um estímulo para a qualificação profissional e está relacionada com a inserção ampla e consolidada da profissão no Sistema Único de Saúde, constituindo-se o maior espaço sócio ocupacional em termos de contratação de assistentes sociais. Destaca-se também o estímulo governamental, através de editais com bolsas específicas de Residência, mestrado e doutorado direcionados ao fomento da formação de trabalhadores a este Sistema.

Embora a área da Assistência Social tenha logrado um crescimento bastante significativo em termos de absorção dos assistentes sociais – e prevaleça esta profissão no contingente geral de áreas contratadas para atuarem nas equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), em razão da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – verifica-se uma carência na oferta de especializações e residências que tenham essa área como central. Isto dificulta processos de qualificação profissional mais adensados, cujos aportes da formação respondam às particularidades exigidas por

esta área específica. Muitos dos profissionais inseridos na assistência social têm buscado a formação em nível de mestrado, embora sua motivação central não seja a docência e a pesquisa. Por outro lado, em termos de produção do conhecimento, estudo paralelo realizado pelo GTEMP (PRATES et al., 2012) mostrou que o Serviço Social é responsável por cerca de 80% da produção nacional sobre a área da Assistência Social no país, se considerados o conjunto de dissertações e teses disponibilizadas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que versam sobre a Política e Sistema Único de Assistência Social e SUAS.

No que concerne à educação permanente, a quase totalidade dos assistentes sociais participantes do estudo afirma possuir interesse em participar de capacitações e formação complementares, sendo que a maioria (90%) informa preferir a educação permanente mediante seminários, minicursos e cursos de extensão, seguida pelo desejo de realizar também cursos de mestrado e doutorado (60%) e de especialização (40%). Outra dimensão analisada no estudo foram as sugestões dos assistentes sociais sobre a oferta de espaços de capacitação e temas que poderiam ser aprofundados na formação graduada, considerando a realidade do trabalho que exercem. Os profissionais apontam o aprofundamento acerca das políticas sociais e temas que lhe são transversais, bem como aspectos relativos ao planejamento e a competência técnico-operativa. Os depoimentos a seguir dão visibilidade às sugestões aportadas:

O debate sobre as atribuições e competências profissionais necessita ser adensado na formação profissional, de igual forma, a formação voltada para o SUS e SUAS. A temática do território e de prática de vigilância com ênfase para metodologias participativas e preventivas, a elaboração de diagnósticos sócio territoriais são dimensões do trabalho que podem ser alvo de destaque.

A questão urbana e a política de habitação deveriam ser discutidas com profundidade, pois todos moramos em cidades. Por isso, discutir as prerrogativas que circunscrevem as cidades, também deveriam ser priorizadas.

Planejamento, projetos e indicadores, mapeamento de processos. Relações interpessoais, processos grupais, técnicas para o trabalho com equipes.

Maior aprofundamento teórico. A expressão oral e escrita, principalmente a escrita.

Os dados até então apresentados demarcam que o tema da educação permanente necessita ser adensado pela área, tendo em vista a construção de iniciativas ampliadas e articuladas na formação sistemática dos assistentes sociais, por meio de parcerias entre as unidades formadoras e as entidades da categoria. São muitos os desafios e mesmo as limitações impostas para a oferta de espaços de educação permanente no atual cenário da universidade brasileira, marcado por tendências regressivas, privatistas, pela lógica mercantil e produtivista. Contudo, a efetivação de ações neste âmbito é vital para a consolidação de massa crítica e para a efetivação do projeto de formação profissional, o que envolve um trabalho comprometido com a socialização do saber e com o horizonte a emancipação humana; bem como a viabilização de espaços que propiciem uma interlocução permanente entre os centros de formação e de pesquisa/produção de conhecimento e os profissionais que atuam em diversos espaços sócio-ocupacionais.

Nesta perspectiva, situa-se como pauta estratégica a potencialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS (CFESS, 2012), tendo como um dos seus eixos centrais os Fundamentos do Serviço Social. Este eixo é uma alternativa para fornecer densidade crítica para pautas centradas em aspectos técnico-operativos, ou ainda, em diretrizes das políticas sociais, que constituem as demandas dos profissionais participantes da pesquisa, mas que necessitam ser tratadas à luz dos acúmulos teórico-metodológicos e ético-políticos construídos pela profissão nas últimas décadas.

Por fim, os dados sobre a formação e educação permanente dos assistentes sociais foram articulados com as tendências de estruturação das grades curriculares das unidades de formação presenciais em Serviço Social da região metropolitana de Porto Alegre. Embora não se tenha privilegiado este aspecto do estudo no presente artigo, cabe mencionar que se verifica uma centralidade na oferta de disciplinas que trabalham com as políticas sociais e acentua o eixo técnico-operativo, o que pode trazer prejuízos para uma compreensão mais ampla e totalizante dos processos societários. Tal centralidade não pode ser deslocada de um maior aprofundamento sobre os Fundamentos do Serviço Social, onde se inclui o domínio da compreensão histórica da profissão e da sociedade brasileira, da conjugação do método dialético-crítico e de teorias explicativas da realidade no processo de apreensão e formulação de respostas às expressões da questão social.

Outro aspecto que merece destaque é a pouca ênfase aos processos que conformam o exercício do planejamento, especialmente o participativo, bem como o adensamento dos processos de gestão incluindo o trato do fundo público. A inclusão de temas como direito à cidade e política habitacional ainda é recente em nível da graduação e não se verifica a sua oferta em todas as unidades de formação investigadas, assim como disciplinas sobre a política de Previdência Social, temas ressaltados pelos pesquisados e que constituem espaços sócio-ocupacionais com concentração significativa de assistentes sociais. O ensino da pesquisa - embora tenha centralidade nos documentos da área e seja orientada a sua transversalidade na formação (ABEPSS, 1996), com as reformas curriculares das unidades de formação, sua carga horária tem sido reduzida para que sejam contemplados outros conteúdos, especialmente exigidos pelo mercado, o que é um prejuízo à formação, tendo em vista a tendência de debilitar a construção de uma competência teórico-metodológica investigativa, crítica e totalizante. Temas como empreendedorismo e responsabilidade social, que em algumas unidades formadoras se constituem como disciplinas, poderiam ser trabalhadas como módulos temáticos em disciplinas mais gerais de gestão e planejamento viabilizando a oferta de outros conteúdos de maior relevância.

### **Considerações finais**

Os dados da pesquisa realizada dão visibilidade aos impactos da reestruturação produtiva nos processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. Ficaram evidenciadas nos depoimentos dos profissionais a precarização do trabalho e o sobretrabalho, muitas vezes agravado pelo trabalho invisível no espaço do domicílio para complementar atividades cujos prazos são exíguos e não há tempo ou condições de serem efetivados nos espaços sócio-ocupacionais. Algumas condições precárias de trabalho são naturalizadas pelos assistentes sociais, tais como a substituição do pagamento de horas extra pelo banco de horas. Destaca-se a importância de conectar a análise das transformações no mundo do trabalho, que conta com densas produções da área, com o universo sócio ocupacional da profissão, com foco para as tendências de flexibilização, precarização e terceirização do trabalho, que assumem contornos inéditos no Serviço Social, inclusive ante a lacuna de estudos mais abrangentes e atuais sobre o mercado de trabalho desta profissão.

Ressalta-se a precarização mais acentuada, em termos de

sobretalho, dos profissionais que exercem atividades docentes, muitos deles de modo concomitante a outras atividades, tais como os professores horistas de unidades de formação privadas. Verifica-se também que diante do contexto de desemprego estrutural e ofertas de trabalho precário, a simples formalização da relação contratual é enaltecida como uma conquista pelos assistentes sociais. São destacados pelos profissionais os limites da realização do trabalho por conta da precária estrutura disponibilizada nos espaços sócio-ocupacionais, o que inclui não só locais inadequados, mas carência de recursos e equipamentos, como também equipes reduzidas. Além da estrutura, são apontadas pelos assistentes sociais dificuldades relacionadas ao trabalho interdisciplinar, às relações de poder - em especial as relações políticas - e a ausência de espaços onde haja maior participação de trabalhadores e usuários.

Em que pese a realidade dessas dificuldades, há de se considerar que espaços como prefeituras, secretarias de estado, fundações e departamentos - através dos quais o executivo materializa as políticas públicas - são eminentemente políticos e assim precisam ser reconhecidos. Logo, é preciso que os assistentes sociais desenvolvam competências que lhes permitam trabalhar estrategicamente nestes contextos com relativa autonomia profissional, realizando mediações, articulações com outras profissões, ampliando espaços de participação e controle social, a partir de avanços e recuos, de acordo com a realidade particular de cada local. Temáticas como as relações de poder, trabalho em equipe e as estratégias de mobilização, participação e controle social são importantes de ser adensadas na formação graduada e na educação permanente, tendo em vista contribuir para uma atuação crítica e propositiva nestes importantes espaços sócio-ocupacionais que concentram o maior volume de contratação dos assistentes sociais.

Os dados mostram que os profissionais participantes do estudo além da graduação têm qualificações complementares diversas mas, no que tange às dificuldades para a realização do seu trabalho, as restringem a aspectos essencialmente técnico-operativos, incluindo conhecimentos básicos, tais como o uso da linguagem e de instrumentais de abordagem direta com a população. Os assistentes sociais, por outro lado, mostram o interesse em processos de educação permanente, tanto em cursos de curta duração como de pós-graduação. Mostram também que, apesar das adversidades, são estimulados pela produção simbólica da profissão materializada nos seus

valores e diretrizes e pela identificação com essa profissão e os compromissos por ela assumidos coletivamente. Apesar das adversidades dos processos de precarização - que impõe o sobretrabalho e acarreta prejuízos à saúde do trabalhador - ainda assim os principais valores e diretrizes da profissão continuam sendo elementos fundamentais a estimular os profissionais na busca pela educação permanente e pela superação sistemática das contradições que atravessam os diversos espaços ocupacionais.

O processo de investigação evidencia que as demandas do mercado requisitam um profissional polivalente, com competências circunscritas ao eixo técnico-operativo, disposto a expor-se a condições precárias de trabalho, inclusive na incorporação de tarefas exercidas para além da carga horária formal. Os assistentes sociais, por sua vez, premidos pela pressão do desemprego, são tensionados cotidianamente a responder às demandas do mercado restringindo a potencialidade de sua ação nos marcos do projeto ético-político profissional, embora este ainda seja o elemento que norteia e fundamenta o exercício da profissão, pelo menos no âmbito do discurso. Apesar de todos estes aspectos mencionados que expressam dificuldades, demandas, sobretrabalho, condições precárias, a profissão é valorizada pelos profissionais que se mostram, na sua grande maioria, muito satisfeitos em relação ao trabalho que realizam.

No que tange à articulação dos dados obtidos junto aos assistentes sociais e as tendências da estruturação dos currículos das unidades formadoras, verifica-se uma concentração significativa das disciplinas no trato das políticas sociais, de laboratórios e oficinas que privilegiam o eixo técnico-operativo, mesmo assim estes foram os aspectos mais destacados pelos profissionais como aqueles que deveriam ser adensados. São restritos ou pouco significativos os espaços resguardados aos Fundamentos do Serviço Social, especialmente a ênfase à articulação história-teoria-método, exigindo aprofundamento sobre este tema em particular. Por fim, a questão do planejamento e avaliações de ordens diversas (avaliações diagnósticas, de programas e políticas, do território) são destacadas pelos sujeitos da pesquisa como demandas das instituições e competências profissionais que precisam ser aprimoradas. Nas grades avaliadas estes conteúdos são pouco privilegiados.

A formação profissional em Serviço Social, portanto, tem de ser amplamente problematizada com vistas ao desenvolvimento de

processos de ensino que ultrapassem a lógica do mercado de trabalho - sem deixar de contemplar suas exigências – reconhecendo que as demandas da sociedade são cada vez mais complexas, especialmente se considerarmos o recrudescimento da questão social, cujas expressões são objeto de trabalho dessa profissão. Logo, problematizar o modo como se expressam as desigualdades e as alternativas construídas pelos sujeitos para enfrentá-las é sem dúvida o elemento articulador de toda a formação profissional. Isto requer capacidade investigativa e propositiva, a apropriação acerca das políticas sociais, importante espaço de mediação do trabalho profissional, a apreensão de processos sociais e práticas participativas, bem como de elementos do planejamento e da gestão, além da compreensão acerca dos diferentes condicionantes que conformam os fenômenos sociais, sejam eles políticos, econômicos e culturais. Articulada a estes aspectos, a clareza do projeto ético-político profissional fornece direção e sustentação às competências para formar profissionais críticos comprometidos com as transformações que exigem o seu tempo histórico.

### Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/files/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2014.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo. Brasília-DF, 8 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)> Acesso em: 10 mar. 2015.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução n. 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_273-93.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf)> Acesso em: 18 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (Org.). **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para

o estudo do perfil profissional. Brasília-DF: CFESS, 2005. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas\\_edicaovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2014.

CFESS. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília-DF: CFESS, 2012.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6271/2/474062%20Texto%20Completo.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2015.

DIEESE. **Salário mínimo nominal e salário mínimo necessário**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em: 10 ago. 2015.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 37-57, 2011 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

FERREIRA, J. W. Questão social e intervenção profissional dos assistentes sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9 n. 2, p. 209-217, ago./dez. 2010.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NERI, M. Escolhas universitárias e performance trabalhista. In: **RA-DAR: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 1, abr. 2009. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/radar/130703\\_radar27.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/radar/130703_radar27.pdf)>. Acesso em: 8 dez. 2014.

PRATES, J. C. Formar para além do mercado e para o uso substantivo do instrumental de trabalho. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-6, jan./jun. 2013.

PRATES, J. C. et al. **As revisões curriculares na área do Serviço Social e o desenvolvimento de competências para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Relatório da Pesquisa. Porto Alegre, CNPq/ PUCRS, 2012.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SILVA, S. S. **Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do serviço social: contribuições a partir da região noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil**. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.